

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

GT08 – Trabalhadores, Sindicatos e Ações Coletivas

**MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL EM TEMPOS DE CRISE:
quem são os perdedores no cenário de redução emprego formal?
(Versão Preliminar)**

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim
E-mail: lfscorrea@gmail.com

Julho de 2017

MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL EM TEMPOS DE CRISE: quem são os perdedores no cenário de redução emprego formal?

Introdução

No início do século XXI, a trajetória do mercado de trabalho no Brasil apontou para uma ampliação significativa no número de postos de trabalho formalizados. Em um hiato de aproximadamente quinze anos, o país viveu um período ímpar da sua história, no qual, pela primeira vez, o vínculo formal se tornou o tipo de inserção com maior peso na composição do emprego. Esse quadro permitiu a superação do cenário colocado na década de 1990, de elevado desemprego, decorrente de condições econômicas adversas e de reestruturação de amplos setores produtivos, que envolveram a dispensa de grande contingente de mão de obra assalariada.

Contudo, desde o início de 2015, tem-se acompanhado uma tendência de forte reversão nesse quadro. Considerando apenas o ano em questão, observa-se uma redução de aproximadamente 1,5 milhão de empregos formais no mercado de trabalho do país. Ademais, a taxa mensal de desemprego medida pela Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou de 4,3%, em dezembro de 2014, para 12% em dezembro de 2016. Desse modo, já é possível afirmar que o cenário acima exposto sinaliza claramente a interrupção de um ciclo de expansão do mercado de trabalho formal no Brasil, com conseqüências diretas para os trabalhadores.

Desse modo, o presente estudo tem por objetivo identificar os segmentos do mercado de trabalho e os perfis de trabalhadores mais afetados pela redução do emprego formal no ano de 2015, considerando o cenário de crise econômica.

Para que os objetivos desse estudo fossem atingidos, foram consultados os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mais especificamente os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponíveis em plataforma específica na Internet. Cabe ressaltar que o estudo se restringe ao ano de 2015, em específico, porque o MTE ainda não havia disponibilizado os dados

relativos ao ano de 2016 na base RAIS no momento da realização do presente estudo.

Destaca-se que os dados da RAIS e do CAGED abrangem todo o mercado de trabalho formal do país e que a plataforma que dá acesso a eles foi criada para suprir as necessidades de informações na área social. Os dados foram submetidos a tratamento estatístico, de modo a evidenciar os contornos gerais do mercado de trabalho no ano em questão.

Nesse artigo, primeiramente, discute-se a trajetória recente do mercado de trabalho no Brasil, sobretudo no que concerne à expansão do emprego formal e o início do cenário de crise no período recente. São apresentados estudos realizados por pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre a temática, enfatizando as transformações e permanências nas características do mercado de trabalho do país, principalmente quando comparado ao período anterior. Busca-se também elementos conceituais que contribuam para a discussão sobre a distribuição desigual dos efeitos da crise econômica, considerando neste sentido o perfil dos trabalhadores, em termos de sexo, idade e escolaridade, entre outros aspectos. Após, analisa-se os dados relativos ao período que o estudo pretende abranger, a fim de identificar a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil em 2015, ano de início da crise econômica. Por fim, nas considerações finais, empreende-se a sistematização das questões fomentadas pela realização do estudo.

1. Trajetória recente do mercado de trabalho no Brasil: questões para análise e debate

O mercado de trabalho formal no Brasil passou por um período de significativa expansão a partir do início do século XXI. Somente entre os anos de 2000 e 2014 foram criados mais de 23 milhões de empregos no país¹, representando um crescimento de 88,13% nos postos formais de trabalho. Esse crescimento do mercado de trabalho formal inverteu a lógica histórica de supremacia do emprego informal como o tipo mais característico de inserção laboral no Brasil.

¹ Segundo dados disponíveis na plataforma RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego.

Autores como Márcio Pochmann argumentam que esse processo pode ser entendido como de recuperação do mercado de trabalho e de transição do neoliberalismo para um modelo social-desenvolvimentista, que reafirma a soberania nacional no processo de desenvolvimento, contrapondo-se ao cenário da década de 1990, sabidamente, de desemprego elevado, de reestruturação produtiva e de redução do protagonismo estatal no processo de desenvolvimento (POCHMANN, 2010).

Pochmann destaca que o processo de retomada do emprego nacional esteve relacionado a um compromisso político assumido pelo governo, em consonância com políticas distributivas que se assentaram no acesso ao mercado de trabalho, mas também em programas sociais de transferência direta de renda. O autor afirma que:

O compromisso político em torno da retomada do emprego nacional, aliado aos esforços de melhor repartição da renda nacional, especialmente para os segmentos populacionais mais vulneráveis, constituíram as principais referências de enfrentamento da condição de pobreza e da desigualdade de renda. A capacidade da economia nacional de gerar emprego se mostrou suficiente para absorver os trabalhadores ingressantes e parte dos que se encontravam desempregados, assim como as políticas de proteção social e trabalhista se apresentaram mais efetivas e eficazes no enfrentamento das mazelas sociais (POCHMANN, 2010. p. 49).

Tais medidas, consubstanciadas por uma orientação política de valorização do papel do estado, permitiram a retomada daquilo que Pochmann denomina como “trajetória de construção do projeto de sociedade salarial²” (POCHMANN, 2010. p. 52), ou seja, a recuperação de um projeto nacional que permita a valorização do mercado de trabalho formal como inserção padrão na esfera produtiva, de modo a garantir um conjunto de proteções sociais e conferir aos trabalhadores maior capacidade de planejar suas vidas.

Segundo Baltar e Krein, a expansão do mercado de trabalho no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2003, se deve a fatores externos, como o crescimento da demanda por *commodities* no mercado internacional e a elevação dos seus preços, e também a fatores internos, visto que ocorreram no período a

² O conceito de Sociedade Salarial foi amplamente discutido pelo sociólogo francês Robert Castel no livro intitulado “As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário”.

redução da inflação, a retomada do crescimento econômico e a valorização dos salários acima do índice de inflação:

A situação se reverteu completamente com os efeitos sobre a economia brasileira do crescimento da demanda e aumento dos preços internacionais das *commodities*, a partir de 2003. O crescimento do PIB ficou mais forte, a inflação diminuiu, cresceu muito o emprego formal e recuperou-se o poder de compra da renda do trabalho. Fortes aumentos do valor do salário mínimo e reajustes das categorias profissionais maiores do que a inflação fizeram com que a elevação do poder de compra da renda do trabalho acontecesse com diminuição das diferenças entre trabalhadores (BALTAR e KREIN, 2013. p. 284).

Os autores afirmam ainda que desde a década de 1960 não se observava no país um aumento da renda do trabalho em paralelo com a redução da desigualdade social, medida pelo índice de GINI.

Entretanto, Baltar e Krein argumentam que o período pós 2003 não pode ser compreendido de maneira homogênea, visto que os efeitos da crise do mercado *subprime* norte-americano influenciaram no ritmo do crescimento econômico no período. Se entre os anos de 2003 – 2008 o país Brasil cresceu em média 4,8%, de 2008 – 2012 esse índice reduziu para 2,6%. Em consequência, ocorreu a desaceleração do índice de população ocupada, bem como da relação entre o PIB por pessoa ocupada, frente ao período anterior (BALTAR e KREIN, 2013).

Em estudo sobre as novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil, Ângela Borges discute a influência do novo quadro do emprego no país, considerando variáveis relativas ao perfil sócio-ocupacional do trabalhador. Mediante análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAE) de 2002 a 2009, a autora afirma que mesmo no quadro recuperação do mercado de trabalho verificado nos anos 2000, os jovens e as mulheres se mantiveram em condição de maior vulnerabilidade:

(...) é possível afirmar que, tal como evidenciado na crise que se abateu sobre o mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa, também na fase de recuperação o mercado de trabalho urbano no Brasil não tem sido capaz de acolher integralmente os segmentos de trabalhadores “jovens” e das “mulheres”, que permanecem como os dois agregados mais expostos aos riscos desse mercado (BORGES, 2010. p. 629).

Borges também argumenta que apesar da ampliação do mercado de trabalho em termos quantitativos, nos anos 2000, se mantiveram práticas largamente adotadas na década de 1990, como a flexibilização dos contratos, a terceirização de serviços e a precarização dos vínculos de trabalho, mediante, por exemplo, a contratação de cooperativas de trabalho fraudulentas (BORGES, 2010).

Por seu turno, em artigo publicado em meados de 2013, Adalberto Cardoso afirma que a “condição nem nem” é estrutural no Brasil para a população jovem. Tal condição diz respeito a não inserção dos jovens na educação formal e no mercado de trabalho, concomitantemente.

Segundo o autor, a crise econômica desencadeada nos países ricos depois de 2008 colocou em debate as possibilidades de inserção dos jovens em termos de suas perspectivas futuras. Por seu turno, no Brasil, a “condição nem nem” pode configurar uma situação ainda mais dramática, visto que pode contribuir para a perpetuação da vulnerabilidade social do grupo familiar:

No Brasil, a recorrência no tempo da taxa “nem nem” de exclusão (que lhe confere um caráter estrutural) não produziu os mesmos protestos que na Europa, em parte porque ela afeta mais as classes subalternas e as famílias mais pobres. E é exatamente por essa razão que o país não pode considerar normal ou aceitável que um em cada dez de seus jovens do sexo masculino entre 18 e 25 anos esteja fora da escola e do mercado de trabalho. Essa proporção não é homogeneamente distribuída no território, sendo muito pior nas regiões e municípios mais pobres do país e, mais ainda, nas famílias de baixa renda. Isto é, a taxa “nem nem” de exclusão é maior nas regiões e famílias mais vulneráveis, e, nesse sentido, deve ser tratada como um dos elementos centrais dessa vulnerabilidade. Isso quer dizer que o país *está transmitindo a vulnerabilidade de uma geração a outra* em proporção significativa (CARDOSO, 2013. p. 310).

Considerando a manifestação de Cardoso, depreende-se que o principal desafio colocado às políticas públicas, no que tange a inclusão dos jovens, é de criar mecanismos de inclusão que permitam a superação de uma situação de invisibilidade social, decorrente do não lugar que é a “condição nem nem”.

No quadro do Brasil contemporâneo, a crise econômica que passou a se desenhar no início de 2015, somado à política de austeridade adotada pelo governo federal, que envolve a diminuição do gasto público e a elevação das taxas de juros, entre outros aspectos, tem contribuído para a reversão do quadro

de expansão do mercado de trabalho formal. Portanto, cabe questionar sobre o impacto da crise econômica em termos dos efeitos que produz, bem como dos grupos sociais que têm sido mais afetados por esses efeitos, sobretudo no que concerne à redução do emprego formal.

No tópico seguinte são apresentados os segmentos do mercado de trabalho mais afetados pela redução do emprego formal no primeiro semestre de 2015, bem como os perfis de trabalhadores mais vulneráveis neste contexto. Cabe mencionar novamente que, para a efetivação da pesquisa empírica, foram utilizados dados dos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especialmente da RAIS e do CAGED.

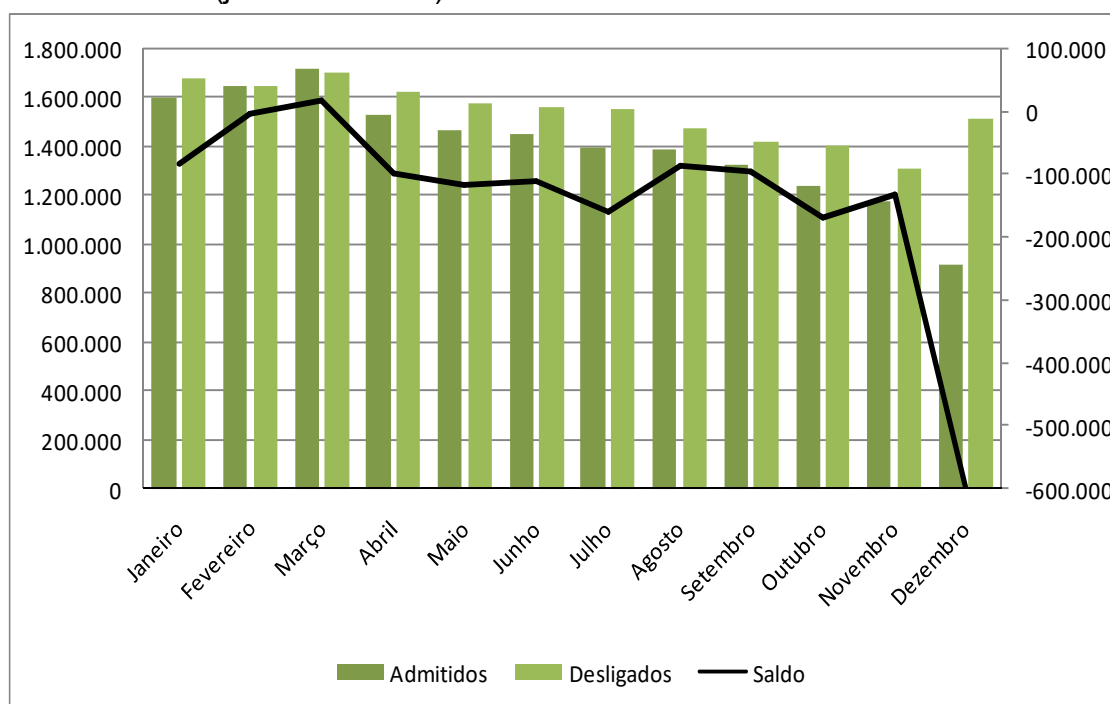
2. O mercado de trabalho no ano de 2015 no Brasil

Segundo dados da RAIS, o mercado de trabalho formal do país perdeu mais de 1,5 milhão de empregos no primeiro ano da crise econômica. Em termos percentuais, apenas no ano de 2015 o país perdeu aproximadamente 6,5% do total de empregos formais criados nos quinze anos anteriores.

Os primeiros efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho no Brasil podem ser observados já no mês de janeiro de 2015, conforme mostra o **Gráfico 1**. Mesmo que janeiro, assim como dezembro, seja um mês que tradicionalmente apresenta um número significativo de dispensas, devido às rescisões dos trabalhadores temporários contratados para as festas de final de ano, em 2015 o saldo entre admissões e desligamentos representou o fechamento de aproximadamente 81.700 vagas de emprego apenas no primeiro mês do ano.

Ainda em relação ao **Gráfico 1**, considerando a evolução das admissões, percebe-se que depois de março há uma queda gradual até o mês de novembro, sendo o mês de dezembro aquele que apresentou o menor volume de contratação de trabalhadores. Como é possível observar no eixo que informa o saldo de admissões e desligamentos, somente no mês de dezembro de 2015 o mercado de trabalho do país perdeu aproximadamente 600 mil postos de trabalho. Do mesmo modo, as demissões também apresentam redução, mesmo que sempre sejam superiores às contratações, exceção feita ao mês de fevereiro.

Gráfico 1 – Evolução das admissões e desligamentos no mercado de trabalho formal do Brasil (jan – dez/2015).

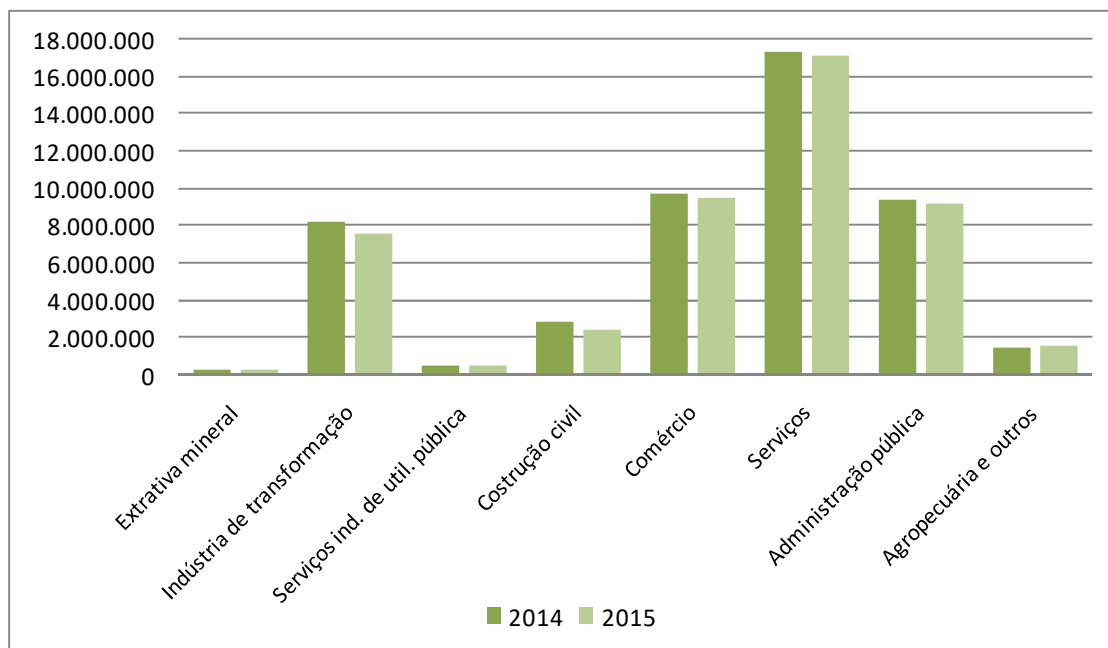


Fonte: CAGED/MTE.

O **Gráfico 2** apresenta os dados relativos aos setores da atividade econômica. A análise dos dados permitiu identificar que a indústria de transformação e a construção civil foram os segmentos mais afetados pela redução de empregos no ano de 2015, seja em termos absolutos ou percentuais. Somados, esses dois setores responderam pelo fechamento de aproximadamente um milhão de postos de trabalho, ou seja, dois terços do total no período.

No que concerne à indústria de transformação, em termos absolutos, foram fechados aproximadamente 604 mil postos de trabalho no período, redução de 7,39% quando comparado a 2014. Devido à importância do emprego industrial, que possui médias salariais mais elevadas que as dos demais setores, e tende a apresentar maior tempo médio de permanência no emprego, pode-se afirmar que a diminuição do emprego na indústria contribuiu também para a redução da média geral da qualidade do emprego no país.

Gráfico 2 – Variação do emprego no mercado de trabalho formal no Brasil, por setor do IBGE (2014 - 2015).



Fonte: RAIS/MTE

Já a construção civil foi o segmento que apresentou o percentual mais elevado de redução de postos de trabalho em 2015, equivalente a 13,95%. O total de postos de trabalho fechados na construção civil, no período analisado, corresponde a aproximadamente 393 mil. Pode-se supor que isso está relacionado diretamente com os efeitos da crise econômica, bem como com a impossibilidade de prever seus efeitos de médio e longo prazo. Como a construção civil é bastante dependente de financiamentos, seja no que concerne às obras de infraestrutura, seja no que tange ao mercado imobiliário, e o aumento das taxas de juros e a imposição de restrições ao crédito foram efeitos da crise econômica no mercado, parece coerente que a construção civil tenha sido um dos principais setores afetados e que isso tenha acarretado na redução do nível de atividade e na contratação de trabalhadores.

Por seu turno, a **Tabela 1** apresenta os dados relativos às ocupações que foram mais afetadas pela redução do emprego. Para a composição da referida tabela, foram consideradas todas as ocupações que perderam mais de 30 mil postos de trabalho em 2015, segundo a RAIS.

Tabela 1 – Ocupações mais afetadas em termos absolutos pela redução do emprego formal (ano: 2015).

Ocupação	Saldo	% Redução
Trabalhadores da ind. Extrativa e da construção civil	-353.917	14,14
Escriturários	-200.030	2,80
Trabalhadores de funções transversais (indústria)	-179.076	4,47
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	-160.896	11,42
Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	-126.117	10,51
Profissionais do ensino	-69.103	2,93
Trabalhadores dos serviços	-65.364	0,81
Trabalhadores da fabricação e instalação eletrônica	-39.756	12,5
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	-38.777	3,24
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	-31.377	0,84
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, eng. e afins	-31.262	3,50

Fonte: RAIS/MTE – Classificação Brasileira de Ocupações.

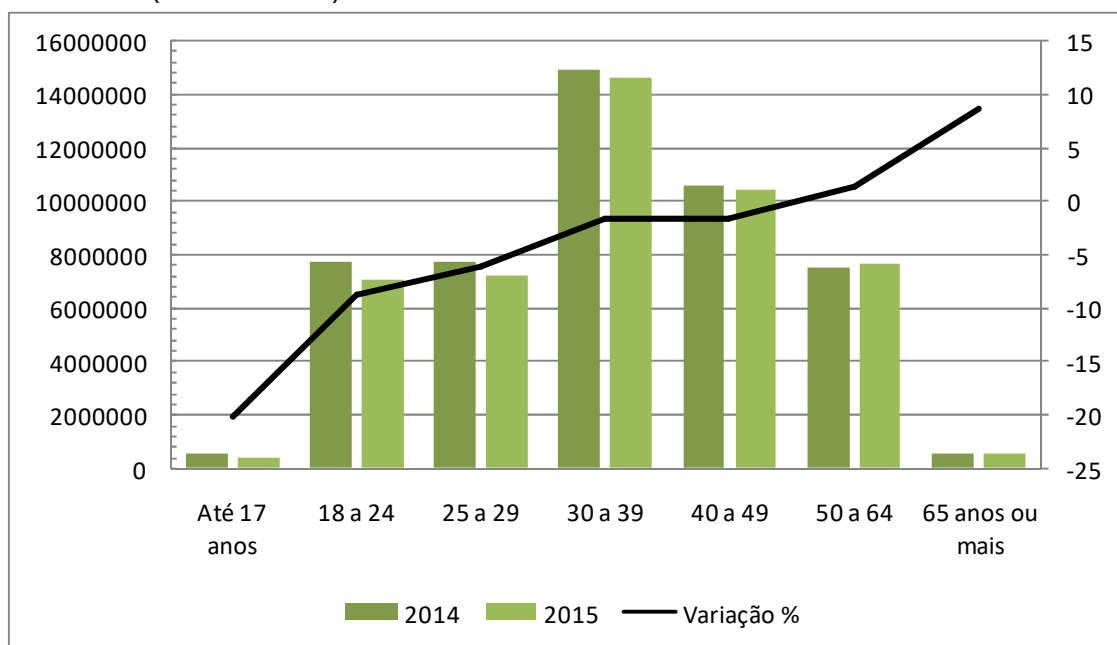
Considerando as 11 ocupações que mais perderam postos de trabalho em 2015, percebe-se que 4 delas pertencem à indústria, 05 ao setor de serviços, uma à construção civil e uma ao comércio. Em números absolutos e percentuais, as ocupações relacionadas à construção civil e à indústria foram as que mais afetadas pela redução do emprego formal. Isso confirma os dados apresentados no **Gráfico 2**, agora permitindo identificar como isso se expressou no interior das ocupações.

No caso das ocupações de serviços, mesmo que o setor responda por quase metade das 11 ocupações mais afetadas, cabe destacar que os percentuais da redução do emprego foram menores do que na indústria e na construção civil. Isso se deve ao elevado peso do setor de serviços na composição do mercado de trabalho no Brasil, o que fez com que uma redução expressiva em números absolutos não representasse uma redução mais significativa em termos percentuais. Por outro lado, em outras ocupações de serviços ocorreu até mesmo o aumento dos postos de trabalho, como no caso dos “profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins”, ocupação que apresentou uma ampliação de mais 28 mil postos de trabalho em 2015.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que ocupações situadas no topo da estrutura do emprego não sofreram de modo tão significativo os efeitos da crise econômica, como ocorreu com as ocupações situadas na base dessa mesma estrutura. Ocupações de direção, como “membros superiores e dirigentes do poder público” e “dirigentes de empresas e organizações”, apresentaram inclusive um aumento absoluto e percentual de postos de trabalho. Ademais, as ocupações gerenciais sofreram uma redução do emprego bastante tímida, de 5.464 postos de trabalho ou 0,39% em termos percentuais.

Em relação à redução do emprego por sexo, pode-se afirmar que os homens foram mais afetados que as mulheres. Os dados analisados permitem afirmar que aproximadamente 71% dos postos de trabalho fechados em 2015 eram ocupados por homens. Isso também está relacionado aos setores da atividade econômica que mais perderam postos de trabalho, visto que a indústria e a construção civil são, historicamente, espaços de forte presença da força de trabalho masculina.

Gráfico 3 – Variação do emprego no mercado de trabalho formal no Brasil, por faixa etária (2014 - 2015).



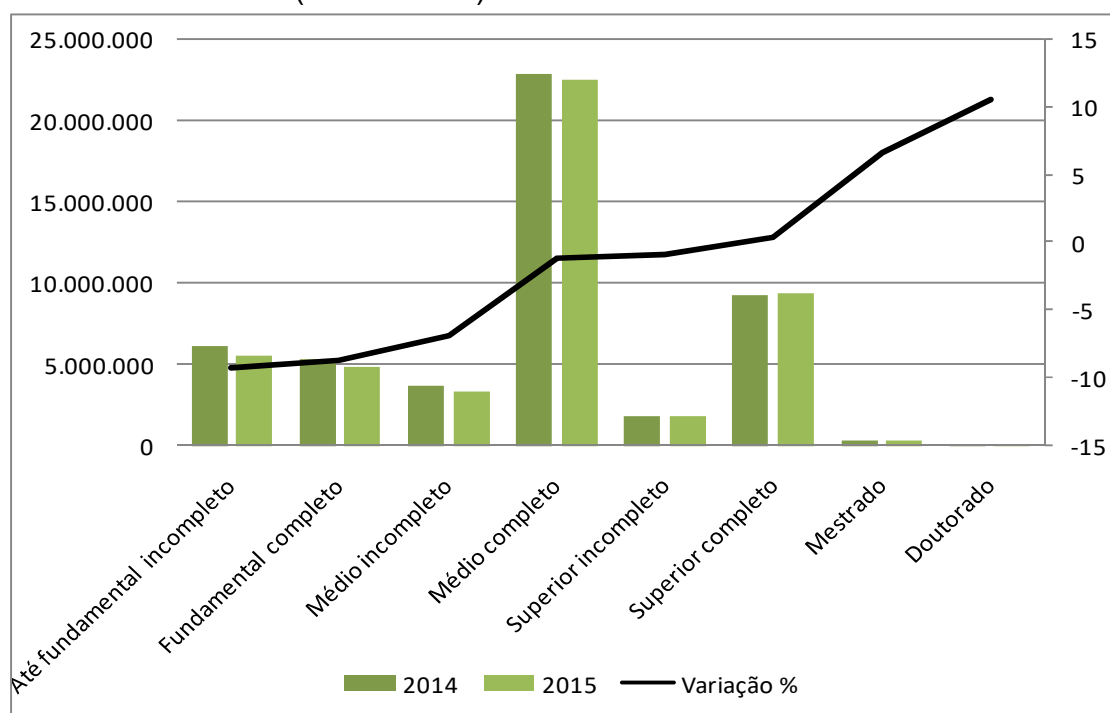
Fonte: RAIS/MTE

Já a análise do **Gráfico 3** permite afirmar os trabalhadores mais jovens foram também bastante afetados pela redução do emprego formal em 2015, visto

que, no ano em questão, a quantidade de trabalhadores com até 17 anos no mercado de trabalho formal sofreu uma redução de 20,17%, enquanto que entre os trabalhadores situados na faixa etária entre 18 e 24 anos esse percentual ficou em 8,72%. Na outra ponta da escala de faixas etárias ocorreu movimento inverso, de aumento na quantidade de trabalhadores situados nas duas faixas etárias de idade mais elevada. No caso da faixa etária entre 50 e 64 anos de idade houve um aumento de 1,44% no número de empregados, e na faixa etária dos 65 anos ou mais esse aumento alcançou 8,63%.

A penalização dos mais jovens pelos efeitos da crise econômica sobre o emprego também pode ser identificada por meio da análise das admissões por primeiro emprego. Em 2015, constatou-se queda de 16,68% nas admissões por primeiro emprego em comparação com o ano anterior. A diminuição das admissões por primeiro emprego, no quadro geral das admissões, reforça o quadro desfavorável à inserção dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo aqueles que buscam uma primeira experiência empregatícia.

Gráfico 4 – Evolução do emprego no mercado de trabalho formal no Brasil, por faixa de escolaridade (2014 - 2015).



Fonte: RAIS/MTE.

No que concerne à análise do **Gráfico 4**, que apresenta a variação do emprego por faixa de escolaridade, identifica-se que os postos de trabalho que demandam trabalhadores menos escolarizados foram os mais afetados pela redução do emprego. Os postos de trabalho relacionados a trabalhadores com até ensino fundamental incompleto foram os que sofreram maior redução, correspondente a 9,25% no total de vagas quando comparado ao ano anterior. De modo geral, pode-se afirmar que quanto menor a escolaridade, maiores foram os percentuais de redução dos postos de trabalho. Neste sentido, cabe destacar que no caso dos trabalhadores com ensino superior completo, mestrado ou doutorado, ocorreu inclusive movimento de expansão de postos de trabalho, conforme indica o eixo secundário do **Gráfico 4**.

Apesar do curto período de tempo em questão, a análise do conjunto dos dados apresentados permite afirmar que os efeitos da crise econômica já afetam de modo bastante evidente o mercado de trabalho e o emprego formal, mesmo que nesse primeiro momento o impacto inicial da crise seja mais perceptível em determinados setores da atividade econômica, como a indústria e a construção civil, do que em outros, como o setor de serviços.

Do mesmo modo, a análise dos dados que representam o perfil dos trabalhadores sugerem maiores dificuldades aos homens, aos jovens e aos trabalhadores com menor escolaridade. Cabe destacar que tais achados permitem supor que os efeitos da crise, no que tange ao mercado laboral, têm afetado de modo mais significativo os trabalhadores oriundos das classes populares, visto que as suas oportunidades de vida se limitam em um contexto de restrição das oportunidades.

Ademais, a retração das admissões por primeiro emprego demonstra um dos efeitos da crise econômica: a restrição de oportunidades aos mais jovens. Posto isso, agrava-se a situação dos jovens submetidos às condições “nem-nem” (CARDOSO, 2013), fato que também reflete em outros âmbitos da vida coletiva, devido à pressão social que produz.

Considerações finais

Embora a análise tenha considerado um intervalo temporal reduzido³, pode-se afirmar que se vive um novo momento econômico no país, de crise e de redução do emprego formal, e que o cenário que se configura tem acarretado em influências significativas para o mercado de trabalho. Após um período de importante crescimento do emprego formal e, por consequência, de baixas taxas de desemprego, o ano de 2015 se mostrou potencialmente desfavorável para o mercado de trabalho e para um grande contingente de trabalhadores que perdeu o seu emprego.

Se antes do movimento de expansão do emprego formal, vivenciado na primeira década do século XXI, a demanda por segurança laboral se configurava como uma aspiração para os trabalhadores até então inseridos na informalidade, agora, após a crise econômica e o conseqüente encolhimento do mercado de trabalho formal, as incertezas e a busca por oportunidades de vida fora dos marcos do trabalho registrado têm surgido como horizonte para um grande número de trabalhadores.

Mesmo que, em uma perspectiva de médio prazo, a intensidade dos efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho seja incerta, pode-se afirmar que os trabalhadores estão mais sujeitos à insegurança laboral no contexto atual, dado que a retração do mercado de trabalho, e a conseqüente elevação do desemprego, se apresentam como um importante limitador das oportunidades de reinserção no mercado de trabalho em caso de demissão.

A análise dos dados do mercado de trabalho formal no ano de 2015 permite afirmar que os efeitos da crise econômica sobre o emprego têm se distribuído de modo desigual, considerando as variáveis em questão. Trabalhadores da indústria e da construção civil, do sexo masculino, jovens e com baixa escolaridade foram os principais afetados pela redução do emprego em 2015, se constituindo nos principais perdedores no cenário de início da crise.

Por fim, cabe mencionar que o presente estudo terá sequência ao longo do ano de 2017, no intuito de acompanhar o movimento do mercado de trabalho

³ O estudo será ampliado assim que forem disponibilizados os dados de 2016 da RAIS.

formal no contexto da crise econômica, mas também de incorporar novos elementos à análise, sejam eles de natureza quantitativa ou qualitativa.

Referências bibliográficas

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2015.

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 jun. 2015.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 jun. 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição de rendimentos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SILVA, L. da. **Mercado de trabalho em movimento**: transformações do emprego e trajetórias de trabalhadores. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

STANDING, Guy. La inseguridad laboral. In.: **Revista Latinoamericana de estudios del trabajo**. Ano 6. Número 11, 2000. P. 47 – 105.